

Produção Saudável vs Mitos de Rendimento

Relato enviado por Seco Amadú Tijane Sal¹

Segundo o plano estratégico e operacional 2015/2020 “a Guiné-Bissau tem mais de 60% da população com menos de 25 anos e o início duma transição demográfica no próximo decénio oferece novas oportunidades; Ela está em condições de influenciar de forma sustentável a sua trajectória de desenvolvimento. Dispõe dum capital natural considerável. Tem importantes recursos hídricos (130 km³/ano de água de superfície e 445 km³/ano de água subterrânea), um vasto e rico território marítimo (105.000 km² em 270 km de litoral), biodiversidade excepcional que presta serviços de ecossistema ao conjunto da África Ocidental. Quase 10% do seu território é coberto de mangues, talvez a proporção mais importante do mundo; na realidade 26% do seu território terrestre e marítimo é um santuário de preservação da biodiversidade; e o Arquipélago Bolama-Bijagós, sítio natural excepcional de 88 ilhas e ilhotas, é reconhecido em UNESCO MAB (Man & Biosphere) e várias ilhas (e sítios terrestres) são classificados como RAMSAR (zonas húmidas de importância internacional).

A economia actual da Guiné-Bissau fundamenta-se inteiramente no seu capital natural que representa 47% da riqueza por habitante, talvez a parte mais importante da África Ocidental. Seu futuro económico dependerá da sua capacidade de assegurar a gestão sustentável dos seus recursos naturais renováveis.” O mesmo documento disse ainda que “Em 2025 a Guiné-Bissau será uma economia diversificada que se apoiará nos quatro motores do crescimento: agricultura e agro-indústria, pesca, turismo e mineração. A agricultura e a agro-indústria repousarão no desenvolvimento dos sectores de caju e arroz.”

Ora, a Guiné-Bissau é um país cujas características ambientais reconhecidas perante a comunidade internacional e a utilidade da conservação integral dos ecossistemas assume importância particular. A título de exemplo, o artigo 6º da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e de outras convenções no domínio do ambiente expressam o imperativo de acesso do público à Educação, Formação, Informação e Sensibilização sobre a problemática da degradação ambiental em geral e das mudanças climáticas, em particular.

Nesta esfera, a fraca divulgação atempada e contínua das informações respeitantes ao ambiente em geral, constitui ainda, um bloqueio maior no relacionamento entre autoridades ambientais e intervenientes no sector. Como consequência do acima exposto, podemos apontar o não conhecimento e a resistência às leis em vigor por parte da população e de diferentes intervenientes no sector a que crescem cortes abusivos da floresta, falta de cuidados com resíduos sólidos urbanos e construções anárquicas nas zonas húmidas, este último com consequências directas na produção e economia familiar, afetando gravemente as mulheres que trabalham nas cinturadas verde de Bissau e por país afora. Por exemplo, em Bissau há uma organização dos agricultores urbanos que atuavam nas costas de Bissau, que agora não têm onde cultivar o principal cereal de consumo interno, que é o arroz. De lembrar que estes trabalhavam a terra de forma natural. Outro sim são as mulheres horticultoras nas zonas húmidas, hoje completamente habitada ou em construções de habitações ou transformada em vazadouro. Com a perda dos seus espaços, estas sem informações e com a carência de vida, procuraram outro tipo de rendimento, utilizando inocentemente adubos

químicos com o intuito de aumentar a sua renda num pouco espaço e poder garantir o seu auto-sustento. Umas necessidades que vêm desde a alimentação doméstica e a educação dos filhos a encargos com a saúde.

Conclusão

É preciso e necessário a tomada de consciência e atitude dos governantes face a dois aspectos principais:

1. O controle de entradas de pesticidas, herbicidas e demais químicos para o país, principalmente os obsoletos;
2. Conservar as zonas húmidas para não só manter o lugar para as atividades das mulheres, mas também para evitar futuros danos que advêm das construções nestas zonas. Podemos acrescentar a estes dois o aspecto da informação e sensibilização que é muito fraco neste sentido. Não obstante, havendo uma Rede Nacional das Rádios Para a Segurança a Segurança Alimentar e Defesa do Meio Ambiente (RENARSADA) a qual tenho a honra de dirigir, falta informação embora reconhecendo o papel importante de algumas organizações que não têm poupado esforços no caso principalmente da SWISSAID, a TINIGUENA, RENARSADA e um pouco a AD-Ação para o Desenvolvimento.

1 Trabalhei na ONG AD-Ação para o Desenvolvimento, SWISSAID-polo de competência em agricultura ecológica, neste momento na ONG TINIGUENA cumulativamente Secretário-Executivo da RENARSADA.